



Caderno de Prova

PROCURADOR JURÍDICO

Data da prova: 03 de março de 2024.

Duração máxima da prova: 3(três) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão resposta e prova discursiva.

INSTRUÇÕES:

1. Este caderno contém 40 (quarenta) questões objetivas com 04 (quatro) opções (A, B, C, D) e o rascunho da prova discursiva. A prova terá duração máxima de 03 (três) horas. A prova terá seu horário de início em sala, a contar após a distribuição dos cadernos de prova e autorização do aplicador(a).
2. Confira em seu caderno de provas a sequência de questões. Você tem até 10 (dez) minutos do início das provas para solicitar a troca do caderno de provas que apresentar algum problema de impressão ou qualquer outro que inviabilize a realização da mesma, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. **Atenção:** A interpretação das questões, bem como das instruções, faz parte da prova. Portanto, ao aplicador(a) de sala e fiscais não há autorização para fornecer esclarecimentos sobre o conteúdo das provas/questões, sendo esta atribuição de única e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a). Qualquer questionamento referente às questões das provas deverá ser feito no período previsto para interposição de recursos.
4. Você receberá do aplicador o cartão de respostas 30 (trinta) minutos após o início da prova, o cartão de respostas deverá obrigatoriamente ser assinado pelo(a) candidato(a) no local em que há a indicação: “**ASSINATURA**”, utilizando sempre caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. O caderno **de prova discursiva**, que será entregue após o início da prova, não poderá ser assinado, rubricado nem conter, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da prova.
6. **ATENÇÃO:** Somente será considerado para efeito de correção da prova discursiva o texto constante no espaço destinado para esse fim. Logo, não serão considerados em nenhuma hipótese os textos constantes nas folhas de rascunho.
7. Caso realmente precise, utilize como rascunho os espaços em branco nas folhas do caderno de prova. Sugerimos que você assinale, inicialmente, no próprio caderno de provas, todas as respostas que julgar correta. Depois, passe-as para o cartão de respostas.
8. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão **ANULADAS**. Portanto, ao preencher o cartão de respostas faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro do(a) candidato(a).
9. Ao terminar a prova ou findo o horário limite para sua realização, o candidato deverá **OBRIGATORIAMENTE** entregar seu cartão de respostas “**ASSINADO**”, ao aplicador(a) de sala. O(a) candidato(a) que não devolver seu cartão de respostas será automaticamente **eliminada(o)** e não terá classificação alguma no concurso público.
10. **Atenção!** Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.
11. Somente será permitido levar o caderno de questões (prova), depois de decorrido o período de **120 (cento e vinte) minutos do início das provas**.
12. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos, assim como os demais procedimentos constantes no subitem 13.11 e no subitem 13.13 do Edital nº 001/2024.
13. Após o término da prova, o(a) candidato(a) deverá deixar imediatamente o recinto da mesma, sendo **terminantemente proibido** fazer contato com os(as) candidatos(as) que ainda não terminaram a prova sob pena de ser excluído do Concurso Público.
14. O desrespeito às normas que regem o presente concurso, bem como, a desobediência às exigências registradas no edital, além de sanções legais cabíveis implica na desclassificação do candidato.
15. Os dois últimos candidatos ao terminarem as provas deverão retirar-se da sala simultaneamente, após testemunharem o fechamento (lacre) do envelope de provas, assinando a Ata Relatório.
16. O candidato, após a divulgação dos gabaritos preliminares da prova objetiva, que será feita na página do concurso público acessível através do site www.idesg.org.br, na data prevista no QUADRO I – Cronograma geral de datas e eventos do Edital nº 001/2024, poderá peticionar **RECURSO** à banca examinadora, quando julgar que ocorreu erro na formulação das questões e divulgação do gabarito preliminar, observado o item 16 do Edital nº 001/2024.

BOA PROVA!!!



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES

Concurso Público nº 001/2024

Edital nº 001/2024

ATENÇÃO!!!

- O CARTÃO DE RESPOSTAS ABAIXO É PARA SER UTILIZADO SOMENTE COMO RASCUNHO.
- AO RECEBER O CARTÃO DE RESPOSTAS DEFINITIVO CONFIRA OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (NOME, CARGO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO) E EM SEGUIDA ASSINE NO LOCAL INDICADO.

CARTÃO RESPOSTA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

Preenchimento de vagas para Quadro de Pessoal e formação de cadastro de reserva

Nome:

Cargo:

Sala:

Nº de inscrição:

Local:

Data: 03/03/2024 Turno:

* Marcar apenas uma opção para cada questão, evitando ultrapassar o círculo;
* O círculo correspondente à questão escolhida deve ser totalmente preenchido;
* Marcar apenas a quantidade de questões existentes na sua prova;
* Utilize somente caneta azul ou preta, não rasurar ou sujar o cartão;
É responsabilidade do candidato a conferência dos dados de seu cartão (A) (B) (C) (D)

TIPO DE PROVA
PADRÃO

01	(A)	(B)	(C)	(D)	21	(A)	(B)	(C)	(D)
02	(A)	(B)	(C)	(D)	22	(A)	(B)	(C)	(D)
03	(A)	(B)	(C)	(D)	23	(A)	(B)	(C)	(D)
04	(A)	(B)	(C)	(D)	24	(A)	(B)	(C)	(D)
05	(A)	(B)	(C)	(D)	25	(A)	(B)	(C)	(D)
06	(A)	(B)	(C)	(D)	26	(A)	(B)	(C)	(D)
07	(A)	(B)	(C)	(D)	27	(A)	(B)	(C)	(D)
08	(A)	(B)	(C)	(D)	28	(A)	(B)	(C)	(D)
09	(A)	(B)	(C)	(D)	29	(A)	(B)	(C)	(D)
10	(A)	(B)	(C)	(D)	30	(A)	(B)	(C)	(D)
11	(A)	(B)	(C)	(D)	31	(A)	(B)	(C)	(D)
12	(A)	(B)	(C)	(D)	32	(A)	(B)	(C)	(D)
13	(A)	(B)	(C)	(D)	33	(A)	(B)	(C)	(D)
14	(A)	(B)	(C)	(D)	34	(A)	(B)	(C)	(D)
15	(A)	(B)	(C)	(D)	35	(A)	(B)	(C)	(D)
16	(A)	(B)	(C)	(D)	36	(A)	(B)	(C)	(D)
17	(A)	(B)	(C)	(D)	37	(A)	(B)	(C)	(D)
18	(A)	(B)	(C)	(D)	38	(A)	(B)	(C)	(D)
19	(A)	(B)	(C)	(D)	39	(A)	(B)	(C)	(D)
20	(A)	(B)	(C)	(D)	40	(A)	(B)	(C)	(D)

Nº DE INSCRIÇÃO

Assinatura do Candidato

ATENÇÃO:

- O(a) candidato(a) deverá **OBRIGATORIAMENTE**, entregar seu cartão de respostas definitivo preenchido e **ASSINADO**, sob pena de ter seu cartão de respostas **ANULADO**. (item 13.22 do edital nº 001/2024).
- Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: Leia atentamente o texto a seguir e responda as questões de 01 a 05:



Fonte <https://web.facebook.com/DepositodeTirinhas1/photos/a.485431841586215/1939919866137398/?type=3&_rdc=1&_rdr>. Acesso em 24/02/2024.

QUESTÃO 01. “Mais um dia de novos desafios” (2º quadrinho). O par de palavras destacado é formado pelo substantivo “desafios” e o adjetivo anteposto “novos”. Se mudássemos a ordem das palavras para “desafios novos”:

- (A) A classe gramatical da palavra “novos” seria alterada.
- (B) A classe gramatical da palavra “desafios” seria alterada.
- (C) O sentido original seria completamente alterado.
- (D) Não haveria prejuízo algum à correção gramatical nem ao sentido.



QUESTÃO 02. Assinale a única alternativa **INCORRETA** sobre o texto:

- (A) A palavra “novos”, que se repete no segundo quadrinho, é o único adjetivo presente no texto.
- (B) Houve uma espécie de quebra de expectativa da metade para o final do texto.
- (C) Predominam verbos no infinitivo e locuções verbais ao longo de todo o texto.
- (D) A linguagem não verbal do primeiro quadrinho ajuda a compreender que o personagem acordou com disposição.

QUESTÃO 03. “Bom dia, mundo!” (1º quadrinho). É correto afirmar que, nessa frase, há:

- (A) Um aposto explicativo.
- (B) Uma frase interrogativa implícita.
- (C) Um vocativo.
- (D) Uma oração reduzida implícita.

QUESTÃO 04. Na oração “*Dragões pra matar...*” a parte destacada, considerado o termo ao qual está ligado, deve ser classificada como:

- (A) Subordinada adjetiva restritiva reduzida de infinitivo.
- (B) Subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.
- (C) Subordinada adjetiva explicativa reduzida de infinitivo.
- (D) Subordinada substantiva objetiva indireta reduzida de infinitivo.

QUESTÃO 05. “Mais um dia de novos desafios...”. O termo em destaque, nesse contexto em que aparece, deve ser classificado como:

- (A) Um advérbio de intensidade.
- (B) Um pronome indefinido.
- (C) Uma conjunção aditiva, como a de “dia mais noite somam vinte e quatro horas”.
- (D) Uma conjunção comparativa, como a de “mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Atenção: Leia atentamente o texto a seguir e responda as questões de 06 a 10:

Ao despontar a aurora, faça estas considerações prévias: encontrarei com um indiscreto, com um ingrato, com um insolente, com um mentiroso, com um invejoso, com um não-sociável. Tudo isso lhes ocorre por ignorância do bem e do mal. Mas eu, que observei que a natureza do bem é o belo, e que a do mal é o vergonhoso, e que a natureza do próprio pecador, que é meu parente, porque participa, não do mesmo sangue ou da mesma semente, mas da inteligência e de uma porção da divindade, não posso receber dano de nenhum deles, pois nenhum me cobrirá de vergonha; nem posso me aborrecer com meu parente nem odiá-lo. Pois, nascemos para colaborar, como os pés, as mãos, as pálpebras, os dentes, superiores e inferiores. Agir, pois, como adversários uns para com os outros é contrário à natureza. E é agir como adversário o fato de manifestar indignação e repulsa.

(AURÉLIO, Marco. **Meditações**. Tradução de Thainara Castro. – Brasília: Editora Kiron, 2011. Com adaptações)



QUESTÃO 06. A leitura do texto, sua estrutura e conteúdo permitem concluir que ele possui traços de:

- (A) Injunção e dissertação, na medida em que apresenta instruções sobre como pensar/agir e também tece comentários acerca de temas abstratos.
- (B) Narração e descrição, na medida em que relata uma sequência de ações e consequências que formam um enredo claro, além de descrever com detalhes algumas ideias humanas, como o bem e o belo.
- (C) Narração e dissertação-argumentativa, na medida em que relata uma sequência de ações e consequências que formam um enredo claro, além de defender pontos de vista incisivos sobre temas de repercussão geral, com base em argumento religioso.
- (D) Descrição e injunção, na medida em que descreve minuciosamente emoções humanas, como o ódio, a colaboração, a indignação e a repulsa, além de dar instruções sobre o que pensar logo ao acordar (ao despontar da aurora).

QUESTÃO 07. Quanto ao número de sílabas, a palavra “indiscreto” (linha 1 do texto) é _____.

A palavra que completa corretamente a lacuna é:

- (A) Dissílaba.
- (B) Monossílaba.
- (C) Trissílaba.
- (D) Polissílaba.

QUESTÃO 08. A palavra “ignorância” (linha 2 do texto) é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo crescente. Algumas gramáticas também a consideram como “proparoxítonas eventuais” ou “proparoxítonas acidentais”. A única opção abaixo que NÃO se encaixa nesse mesmo caso específico é:

- (A) Próprio.
- (B) Inteligência.
- (C) Indignação.
- (D) Adversário.

QUESTÃO 09. Observe o seguinte trecho do texto: “*Agir, pois, como adversários uns para com os outros é contrário à natureza.*”

As vírgulas foram empregadas nesse período para:

- (A) Isolar um termo de valor explicativo.
- (B) Isolar um termo de valor conclusivo.
- (C) Isolar um termo de valor adversativo.
- (D) Isolar um termo de valor causal.

QUESTÃO 10. A palavra destacada no trecho: “Ao despontar a aurora, faça estas considerações prévias (...)”

Só NÃO pode ter significado, concreto ou figurado, equivalente a:

- (A) Alvorada.
- (B) Primavera.
- (C) Ocaso.
- (D) Nascimento.



INFORMÁTICA

QUESTÃO 11. Quais as teclas de atalho são utilizadas para ocultar temporariamente parte de um texto selecionado em um documento do Word 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão)?

- (A) "Ctrl" + "D". (B) "Ctrl" + "E". (C) "Ctrl" + "K". (D) "Ctrl" + "N".

QUESTÃO 12. Qual o recurso do PowerPoint 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão) que permite que um slide não apareça durante uma apresentação, sem removê-lo da sequência?

- (A) Slide Invisível.
(B) Ocultar Slide.
(C) Desativar Slide.
(D) Esconder Slide.

QUESTÃO 13. Qual fórmula deve ser utilizada no Excel 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão) para calcular a quantidade de dias úteis entre duas datas?

- (A) =DIAS(data_final;data_inicial)
(B) =DIAS(data_inicial;data_final)
(C) =DIATRABALHOTOTAL(data_final;data_inicial)
(D) =DIATRABALHOTOTAL(data_inicial;data_final)

QUESTÃO 14. Se um utilizador do navegador Mozilla Firefox quiser abrir a página inicial através de atalhos de teclado, quais teclas ele deve pressionar simultaneamente?

- (A) "Alt" + "Enter"
(B) "Alt" + "Home"
(C) "Ctrl" + "Home"
(D) "Ctrl" + "Enter"

QUESTÃO 15. O Word 2016 (em sua versão em português e nas configurações padrão) permite inserir uma planilha diretamente do Microsoft Excel. Para realizar esse procedimento, o passo a passo seguido é:

- (A) Clicar na guia "Inserir", depois clicar na opção "Tabela" e depois na opção "Importar..." E selecionar o documento do Excel.
(B) Clicar na guia "Exibir" e depois na opção "Importar" e selecionar a opção "Planilhas do Excel".
(C) Clicar na opção "Planilha do Excel", na ferramenta "Tabela" dentro da guia "Inserir".
(D) Clicar na guia "Página inicial" e depois na ferramenta "Tabela", em seguida na opção "Importar planilha do Excel".



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 16. José Antônio Ribeiro de Moraes exerceu a vereança no município X por três mandatos. Antes disso, fora servidor público estadual, não mais exercendo o cargo em vista de sua carreira enquanto vereador. Ao final dos mandatos, decidindo não mais se envolver na vida pública, iniciou uma investigação sobre a possibilidade de se aposentar e resolveu perguntar ao procurador jurídico da Câmara Municipal do município X alguns detalhes acerca do tempo de serviço. Especialmente, a dúvida de José Antônio era: sendo segurado de regime próprio de previdência social, como ficaria sua situação? Tendo em vista o presente caso, a partir exclusivamente do texto constitucional, é correto afirmar que:

- (A) Permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.
- (B) Será automaticamente transferido para o regime geral de previdência social.
- (C) Poderá José Antônio, enquanto servidor, optar pelo regime mais benéfico.
- (D) Ser-lhe-á imputado regime específico municipal, visto que exerceu mandato eletivo por três períodos.

QUESTÃO 17. Em meio à revisão dos processos administrativos da Câmara Municipal, Ana, Procuradora Jurídica recém-empossada, depara-se com a necessidade de assegurar a observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Na sua análise, Ana enfatiza a importância da aderência não apenas aos princípios explícitos como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mas também a regulamentos internos que garantem a harmonização da gestão pública com os desígnios do Estado Democrático de Direito. Considerando a Constituição Federal, qual das seguintes afirmações reflete corretamente um desses princípios aplicáveis à Administração Pública?

- (A) A investidura em cargo ou emprego público é condicionada à aprovação em processo seletivo simplificado, independente da natureza ou complexidade do cargo, excetuando-se as nomeações para funções de assessoramento.
- (B) É condicionado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- (C) As funções de confiança, destinadas exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podem ser exercidas por qualquer indivíduo, independentemente de serem servidores públicos ou não.
- (D) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

QUESTÃO 18. Um vereador buscou a procuradoria legislativa com um questionamento trazido por um produtor rural. Ele afirmou que o produtor sabia que era possível utilizar máquinas e operadores da Prefeitura Municipal, mas que ele não teria condições financeiras de recolher previamente a remuneração arbitrada, conforme afirmava a Lei Orgânica Municipal de São Gabriel da Palha/ES. Você, enquanto membro da procuradoria legislativa, lembra que, como incentivo ao desenvolvimento agrícola aos produtores rurais, será cedido gratuitamente serviços de máquinas e operadores da Prefeitura Municipal até:

- (A) Duas horas.
- (B) Três horas.
- (C) Quatro horas.
- (D) Cinco horas.



QUESTÃO 19. Análise as alternativas abaixo e verifique qual traz uma afirmativa incorreta sobre o regramento presente no texto da Lei Orgânica Municipal de São Gabriel da Palha/ES:

- (A) A soberania popular dar-se-á também quando da fiscalização dos atos e das contas e da participação nas decisões da administração pública municipal.
- (B) A criação, a organização e a supressão de distritos depende de lei municipal, observada a legislação estadual.
- (C) A divisão municipal em distritos tem como um dos objetivos a descentralização dos serviços públicos.
- (D) O parcelamento de áreas públicas municipais será permitido somente para fins industriais, habitacionais e educacionais, de interesse social, mediante prévia autorização legislativa.

QUESTÃO 20. Em uma análise sobre a estrutura e as atribuições do Poder Executivo Federal, observa-se que a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece uma série de competências privativas ao Presidente da República, as quais são fundamentais para a condução da administração pública. Essas competências, além de refletirem os princípios explícitos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, são acompanhadas de regulamentações que visam garantir a harmonização das atividades administrativas com os objetivos do Estado Democrático de Direito. Com base no que foi dito, avalie as afirmativas a seguir e assinale a opção que corresponde corretamente a uma das competências do Presidente da República conforme estabelecido na Constituição Federal:

- (A) Editar medidas provisórias relativas à criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, independente de limitações ou condições.
- (B) Convocar, presidir e dissolver o Conselho da República e o Conselho de Defesa Federal.
- (C) Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam.
- (D) Remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

QUESTÃO 21. De acordo com a Lei Orgânica Municipal de São Gabriel da Palha/ES, verifique nas alternativas abaixo qual delas traz uma informação INCORRETA sobre o Poder Legislativo Municipal:

- (A) São órgãos integrantes da Câmara Municipal a Mesa, o Plenário, as Comissões e as Bancadas.
- (B) O Presidente da Câmara poderá afastar de suas funções o Vereador acusado, desde que a denúncia seja recebida pela maioria simples dos membros da Câmara, convocando o respectivo suplente até o julgamento final.
- (C) O número de Vereadores da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha é treze, até a população atingir cinquenta mil habitantes.
- (D) Uma comissão da Câmara Municipal, através da Mesa, pode convocar Secretários Municipais para prestarem, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados.



QUESTÃO 22. No cenário internacional contemporâneo, a República Federativa do Brasil tem desempenhado um papel relevante nas discussões sobre a governança global, especialmente no que tange à promoção da paz, defesa dos direitos humanos e cooperação entre os países para o progresso comum. Nesse contexto, o país se posiciona como um ator global que, embora respeite a soberania e a igualdade jurídica entre os Estados, compromete-se com a promoção de valores universais. Considerando esses aspectos, analise as proposições a seguir e selecione aquela que melhor reflete os princípios que regem nas suas relações internacionais, conforme estabelecido na Constituição Federal.

- (A) O Brasil se empenha em fortalecer internacionalmente a criação de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) Um dos objetivos do Brasil na política externa é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (C) A criação de organismo multilateral internacional é um dos objetivos supracitados, de modo a superar o anacronismo do modelo do atual Conselho de Segurança da ONU.
- (D) A defesa e a prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais são pilares da atuação externa do Brasil, que busca a autodeterminação dos povos como meio de alcançar a cooperação e o progresso da humanidade.

QUESTÃO 23. Durante uma sessão na tribuna livre da Câmara de Vereadores, um cidadão, empregado de uma empresa pública, levantou uma questão importante sobre as condições de trabalho na instituição. Ele destacou que, em diversas ocasiões, foi obrigado a remover manualmente cargas superiores ao que considerava seguro ou razoável, suspeitando que tal prática violasse as normas regulamentares de segurança e medicina do trabalho. Apesar de reconhecer que certos equipamentos mecânicos são utilizados para facilitar o transporte de cargas dentro da empresa, o cidadão expressou preocupação com a possibilidade de que os limites estabelecidos para a remoção manual de peso não estivessem sendo respeitados, colocando em risco a saúde e a integridade física dos trabalhadores. Com base na consolidação das leis do trabalho (CLT), analise as opções abaixo e identifique a que corretamente aplica as disposições relativas à segurança e medicina no trabalho, especificamente no tocante ao peso máximo que um empregado pode remover individualmente:

- (A) A legislação não estabelece limites específicos para a remoção de peso por empregados, deixando a critério da empresa a definição desses parâmetros, desde que sejam observadas as normas de segurança do trabalho.
- (B) O peso máximo que um empregado pode remover individualmente é de 60 kg, não se aplicando a proibição à remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos, podendo haver limites distintos fixados pelo Ministério do Trabalho para tais casos.
- (C) Todo material superior a 30 kg deve ser movimentado exclusivamente por equipamentos mecânicos, sendo proibida a remoção manual desse tipo de carga sob qualquer circunstância dentro do ambiente de trabalho.
- (D) A remoção manual de qualquer peso por empregados é estritamente proibida, devendo todas as cargas ser movimentadas apenas por meios mecânicos, a fim de garantir a segurança e saúde dos trabalhadores.



QUESTÃO 24. Em uma tarde de quarta-feira, um vereador recebeu um comunicado do Presidente da Câmara informando sobre a convocação de uma sessão extraordinária a ser realizada naquela noite. O vereador, que já tinha compromissos previamente agendados, buscou a Procuradoria Legislativa para contestar a validade da convocação, alegando não ter sido notificado com a antecedência necessária conforme determina o Regimento Interno da casa. Diante deste cenário, avalie as opções a seguir e assinale aquela que corretamente identifica a atuação do Presidente da Câmara em relação às normas regimentais para a convocação de sessões extraordinárias:

- (A) A convocação foi realizada de acordo com o regimento interno, visto que a comunicação no mesmo dia da sessão extraordinária é considerada suficiente para garantir a presença dos vereadores.
- (B) A convocação cumpriu as exigências regimentais, uma vez que a notificação aos vereadores pode ser feita em qualquer momento antes da sessão extraordinária, sem necessidade de observar um prazo específico.
- (C) A notificação do Presidente não seguiu o procedimento adequado estipulado pelo regimento interno, que exige a comunicação aos vereadores com pelo menos 24 horas de antecedência à realização da sessão extraordinária.
- (D) A prática adotada pelo Presidente não está em conformidade com o regimento interno, considerando que situações de urgência justificam a convocação de sessões extraordinárias com a observância do prazo de 12 horas.

QUESTÃO 25. Dentre as espécies normativas presentes na Lei Orgânica Municipal de São Gabriel da Palha/ES, temos aquelas que são deliberações do Plenário sobre matéria de sua exclusiva competência, expedidos para produzir efeitos externos à Câmara, e serão promulgados pelo Presidente da Câmara Municipal, cujo nome é:

- (A) Decretos legislativos.
- (B) Resoluções.
- (C) Moções.
- (D) Sugestões.

QUESTÃO 26. No exercício de suas atividades, um Procurador Jurídico da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha/ES deve estar intimamente familiarizado com as multifacetadas funções legislativas, que vão além da mera elaboração de leis, abrangendo aspectos significativos de fiscalização e controle sobre as demais esferas do poder municipal. Dentre as diversas funções especificadas no Regimento Interno da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha/ES, encontramos as de controle externo, que implicam a vigilância dos negócios do Poder Executivo, sobre os prismas da legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, bem como as que se fizerem necessárias, a tomadas das medidas:

- (A) Punitivas.
- (B) Sanatórias.
- (C) Isonômicas.
- (D) Políticas.



QUESTÃO 27. Em meio a debates acalorados e após uma série de eventos polêmicos envolvendo sua conduta, um vereador tomou a palavra na tribuna e, diante de todos os presentes na sessão, anunciou sua renúncia ao cargo que ocupava na Mesa Diretora. Esse gesto, embora dramático, gerou dúvidas quanto à sua efetividade perante o regimento interno da casa. Com base no entendimento das normas do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha/ES, analise as seguintes afirmações e assinale a opção que corretamente identifica a validade da renúncia expressa pelo vereador:

- (A) A renúncia foi efetiva, uma vez que a declaração pública na tribuna satisfaz todos os requisitos formais para a desocupação de cargos na Mesa Diretora.
- (B) A manifestação oral na tribuna é considerada um meio legal e suficiente para a renúncia de cargos na Mesa.
- (C) A efetivação da renúncia depende exclusivamente da deliberação do Plenário, independentemente da forma como foi comunicada.
- (D) A renúncia do vereador ao cargo na Mesa Diretora não se efetiva pela manifestação oral na tribuna, sendo necessária a apresentação de um ofício dirigido à Mesa para sua formalização.

QUESTÃO 28. O Regimento Interno da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha/ES descreve que o Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião de Vereadores em exercício. Dentre as várias regras regimentais que cercam o Plenário, afirma-se que o vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, não poderá votar, sob a pena de nulidade da votação:

- (A) Se o seu voto for decisivo.
- (B) Quando o vereador divulgar seu voto antes da sessão plenária, independentemente de seu interesse pessoal na matéria.
- (C) Caso o vereador tenha manifestado sua opinião sobre a deliberação em redes sociais antes da votação, mesmo que não tenha interesse direto.
- (D) Se o vereador for relator do projeto em discussão, independentemente de haver ou não interesse pessoal na deliberação.

QUESTÃO 29. Tendo por referência os limites da Lei 12.846/2013 analise as afirmativas abaixo e assinale a INCORRETA:

- (A) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de, dentre outras, cisão societária.
- (B) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na lei supracitada, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- (C) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- (D) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na lei supracitada decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.



QUESTÃO 30. No âmbito do Direito do Trabalho, a dinâmica processual comporta diversas nuances, especialmente no que tange à execução de decisões judiciais. A introdução do conceito de prescrição intercorrente pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017) introduziu um marco significativo na consolidação das leis do trabalho (CLT), estabelecendo parâmetros claros para a sua aplicação. Este instituto jurídico visa à celeridade e efetividade processual, evitando a perpetuação de litígios no tempo devido à inércia das partes. Considerando o contexto de execução trabalhista, analise as proposições a seguir e identifique aquela que corretamente descreve a aplicação da prescrição intercorrente conforme a CLT:

- (A) A prescrição intercorrente é aplicável após oito anos do trânsito em julgado da decisão que reconheceu o direito do trabalhador, caso não seja iniciada a execução.
- (B) A prescrição intercorrente no processo do trabalho é contada a partir da data em que o juiz declara a extinção da execução, independentemente da atuação do exequente.
- (C) O prazo para a prescrição intercorrente começa a correr a partir do momento em que o devedor apresenta garantia suficiente ao juízo da execução, estagnando o processo.
- (D) A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.

QUESTÃO 31. Em um contexto, onde a proteção ao trabalho da mulher assume um papel de extrema relevância, diante das desigualdades de gênero e dos altos índices de violência contra a mulher no Brasil, a legislação trabalhista brasileira tem evoluído para oferecer um ambiente de trabalho mais justo e igualitário. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio de suas diversas disposições, busca corrigir distorções históricas que afetam o acesso e a permanência da mulher no mercado de trabalho. Dentre as medidas adotadas, destaca-se a proibição de práticas discriminatórias que possam limitar ou prejudicar a mulher em relação ao emprego, promoção, remuneração, e condições de trabalho. Considerando as disposições legais que visam proteger a mulher no ambiente laboral, analise as seguintes afirmações e assinale a opção que corretamente reflete uma das vedações expressas na CLT:

- (A) É permitido o estabelecimento de salários diferentes para homens e mulheres, desde que amparado em negociação coletiva.
- (B) As empresas são autorizadas a exigir atestado de gravidez no processo de admissão, desde que tal prática seja claramente informada no anúncio de emprego.
- (C) Recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível.
- (D) É considerado aceitável que anúncios de emprego especifiquem a preferência por candidatos de um determinado sexo, quando a natureza da vaga não implicar tal necessidade.

EM BRANCO



QUESTÃO 32. Na tranquila cidade de Esperança Divina, a discussão sobre as relações de trabalho envolvendo membros de instituições religiosas veio à tona após a divulgação de uma polêmica envolvendo o sacerdote local e um membro consagrado da comunidade. O membro, dedicando-se não apenas às funções espirituais, mas também à administração da instituição, levantou questionamentos sobre a ausência de formalização do vínculo empregatício. Argumentos fervorosos sugeriam que a instituição religiosa estava em desacordo com as leis trabalhistas ao negligenciar tal formalidade. Diante desse contexto, assinale a opção que corretamente aplica as disposições da CLT à situação descrita:

- (A) A instituição religiosa é obrigada a assinar a carteira de trabalho do membro consagrado, independentemente das funções administrativas que exerce, garantindo todos os direitos trabalhistas previstos.
- (B) Não existe vínculo empregatício entre entidades religiosas de qualquer denominação ou natureza e membros de instituto de vida consagrada, ainda que se dediquem parcial ou integralmente a atividades ligadas à administração da entidade.
- (C) Apenas membros consagrados que se dedicam exclusivamente a atividades espirituais estão isentos de vínculo empregatício, devendo os demais ser formalmente contratados.
- (D) A formalização do vínculo empregatício e a assinatura da carteira de trabalho são exigências legais apenas para atividades não religiosas desenvolvidas dentro das instituições.

QUESTÃO 33. Na comissão de tributação de uma municipalidade, os vereadores se debruçam sobre a proposta de implementação de critérios especiais de tributação para certas atividades econômicas locais, visando equilibrar a concorrência desleal que vem afetando pequenos e médios empresários. O debate esquentou quando um vereador, conhecido por sua postura rigorosa quanto à interpretação da legislação, argumenta veementemente contra a proposta. Segundo ele, qualquer tentativa de estabelecer critérios especiais de tributação por parte do município seria uma afronta à competência exclusiva da União, indo além do que é permitido pela legislação vigente. Esta situação coloca em xeque a compreensão da legislação tributária, em especial no que tange à capacidade de entes federativos de legislar sobre tributos de forma a promover a justiça fiscal sem infringir os limites de sua competência.

Considerando o contexto apresentado e com base nas regras tributárias presentes exclusivamente no texto constitucional, analise as seguintes afirmativas e assinale a opção correta:

- (A) O vereador está incorreto, pois a legislação permite que lei complementar estabeleça critérios especiais de tributação com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência da União.
- (B) O vereador está correto, pois apenas a União possui competência para estabelecer qualquer forma de requisitos de justiça fiscal, restringindo completamente a autonomia dos municípios nesse aspecto.
- (C) Apenas a União, por meio de lei ordinária, pode definir critérios de tributação, sem espaço para contribuição legislativa complementar ou municipal no que diz respeito à tributação específica.
- (D) O vereador está incorreto ao não considerar a espécie normativa correta para esse tipo de ação, que seria a lei ordinária.



QUESTÃO 34. Num contexto de crescente complexidade econômica e social, a capacidade de um Estado em promover a justiça fiscal e o equilíbrio socioeconômico entre suas diversas regiões torna-se um tema central no estudo do Direito Tributário. Dentro desse panorama, a Constituição Federal estabelece uma série de princípios e regras destinadas a regular a competência tributária, garantindo uma distribuição equitativa de receitas e impondo limites à atuação dos entes federativos na instituição e aplicação de tributos. Essas normas visam prevenir distorções e favorecimentos indevidos que possam comprometer a harmonia fiscal entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como assegurar um tratamento isonômico a todos os cidadãos e empresas, independentemente de sua localização geográfica. Nesse sentido, a legislação proíbe práticas que poderiam levar a uma competição fiscal prejudicial ou a uma alocação ineficiente de recursos no território nacional.

Dada a importância de tais normativas, analise as seguintes assertivas e marque a opção que **CORRETAMENTE** exemplifica uma das vedações impostas pela Constituição Federal aos entes federativos no exercício de sua competência tributária:

- (A) Permitir que, por delegação, um Estado permita ao Município conceder isenções fiscais em tributos de competência Estadual, visando atrair investimentos que beneficiem apenas sua região econômica.
- (B) Instituir um tributo que seja aplicado de maneira diferenciada entre os Estados, sob a justificativa de promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.
- (C) Estabelecer tributos sobre a propriedade de veículos mais elevados para veículos registrados em outros Estados, com o objetivo de incentivar a compra de veículos produzidos localmente.
- (D) Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

QUESTÃO 35. A Lei 12.846/2013 informa sobre processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica. Ainda, a lei fala sobre comissão designada pela autoridade instauradora e composta por dois ou mais servidores estáveis, esta que irá conduzir o processo de apuração. Continua a lei definindo que a comissão deverá concluir o processo em um prazo específico, contados da data da publicação do ato que a instituir, prazo este de:

- (A) 90 dias.
- (B) 180 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 30 dias.

EM BRANCO



QUESTÃO 36. Em meio às rotinas da Câmara Municipal de Vereadores, um auxiliar administrativo se depara com a responsabilidade de revisar os procedimentos para a assinatura de contratos administrativos, seguindo um recente processo licitatório concluído. Ciente da importância de cada etapa e da rigidez dos prazos estabelecidos pela legislação, o auxiliar busca esclarecer uma dúvida crucial para o andamento dos trabalhos. Ele consulta a procuradoria legislativa sobre a possibilidade de prorrogação do prazo para a assinatura do termo de contrato com o licitante vencedor, temendo que imprevistos possam comprometer o cumprimento dos prazos originais estipulados pelo edital. Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** indica a possibilidade de prorrogação do prazo para a assinatura do termo de contrato após um processo licitatório:

- (A) O prazo de convocação para a assinatura do contrato não pode ser prorrogado sob nenhuma circunstância, garantindo a celeridade e a eficiência do processo licitatório.
- (B) A prorrogação do prazo de convocação é permitida apenas em casos de recurso administrativo pendente, assegurando que todas as partes tenham direito à ampla defesa e ao contraditório.
- (C) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- (D) A Administração pode, a seu exclusivo critério, prorrogar o prazo de convocação quantas vezes considerar necessário, desde que justifique a decisão com base no interesse público.

QUESTÃO 37. A busca pela redução das desigualdades regionais e sociais constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento equilibrado e sustentável de um país. Nesse contexto, a Constituição Federal brasileira prevê mecanismos de redistribuição de recursos visando a promoção de condições mais justas entre as diversas regiões do território nacional. Um desses mecanismos é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que se apresenta como uma ferramenta estratégica para o alcance desse objetivo. Através da alocação de recursos financeiros da União, o fundo visa apoiar projetos e ações que contribuam significativamente para a mitigação das discrepâncias econômicas, sociais e de infraestrutura que marcam o país. O Fundo é desenhado para atuar em múltiplas frentes, desde o financiamento de obras de infraestrutura essenciais até o estímulo a setores produtivos capazes de gerar emprego, renda, e promover o avanço científico e tecnológico. Essa abordagem multifacetada não apenas fortalece a estrutura econômica das regiões beneficiadas, mas também fomenta um ambiente de inovação e competitividade, essenciais para o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Considerando a importância do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional conforme estabelecido pela Constituição Federal, analise as opções a seguir e assinale aquela que **NÃO** conste no texto Magno como um dos objetivos do Fundo:

- (A) Realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura.
- (B) Promoção de ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação.
- (C) Fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda, incluindo a concessão de subvenções econômicas e financeiras.
- (D) Auxiliar financeiramente regiões do Brasil cujo PIB per capita seja considerado aquém da média nacional.



QUESTÃO 38. Em um município brasileiro, um empreendedor local envolvido em um contrato administrativo com a prefeitura encontra-se em uma situação delicada. Após meses de trabalho árduo em um projeto de infraestrutura vital para a comunidade, a administração municipal falha em cumprir suas obrigações financeiras, levando à suspensão do contrato. Preocupado com as repercussões financeiras e legais dessa suspensão, o empreendedor decide aproveitar a Tribuna Livre da Câmara Municipal, buscando não apenas expor o problema, mas também questionar sobre suas obrigações contratuais neste contexto, particularmente em relação à renovação da garantia contratual em um período de suspensão por inadimplemento da Administração. Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que **CORRETAMENTE** esclarece a obrigação do contratado em relação à renovação da garantia em caso de suspensão do contrato por inadimplemento da Administração:

- (A) O contratado é obrigado a renovar a garantia independentemente do status contratual, assegurando a retomada imediata do projeto assim que a Administração regularizar o pagamento.
- (B) Na hipótese de suspensão do contrato por inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- (C) A renovação da garantia é uma condição para que o contratado possa reivindicar judicialmente o cumprimento das obrigações financeiras pendentes por parte da Administração.
- (D) Mesmo em caso de inadimplemento, a legislação determina que a renovação da garantia deve ser realizada como medida de boa-fé contratual, visando a manutenção da parceria público-privada.

QUESTÃO 39. O Banco Central do Brasil desempenha um papel crucial na economia do país, sendo a instituição responsável pela execução das diretrizes do Conselho Monetário Nacional, com a missão de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. Entre suas atribuições mais notáveis, está a competência exclusiva para a emissão de moeda, uma ferramenta vital na condução da política monetária nacional. Esta competência, entretanto, vem acompanhada de restrições significativas, particularmente no que se refere às interações financeiras entre o Banco Central e outros órgãos do governo. Tais medidas são essenciais para prevenir conflitos de interesse e garantir a independência da política monetária, evitando-se assim a possibilidade de financiamento monetário do déficit público, o que poderia levar a cenários de inflação descontrolada.

Considerando a importância do equilíbrio e da independência na gestão das políticas monetária e fiscal, e baseando-se nos princípios estabelecidos pela Constituição Federal, analise as seguintes assertivas e identifique a opção **NÃO** consta dentre as proibições, permissões ou características conferidas ao Banco Central:

- (A) A emissão de papel moeda é condicionada a estudo de viabilidade disponibilizado pela Secretaria de variabilidade econômica.
- (B) É vedado ao Banco Central conceder indiretamente empréstimos ao Tesouro Nacional.
- (C) O Banco Central poderá vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.
- (D) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central.



QUESTÃO 40. Durante a construção de um prédio anexo à Câmara Municipal de Vereadores, um projeto de grande importância para a expansão dos serviços legislativos municipais, a obra enfrenta um revés significativo. Devido a uma série de desafios administrativos e legais, o contrato administrativo que sustenta a obra é temporariamente suspenso. Essa suspensão acarreta uma paralisação completa das atividades no canteiro de obras, levantando preocupações sobre o cumprimento dos prazos inicialmente acordados para a entrega do projeto. Neste contexto, o responsável pelo acompanhamento e registro documental do projeto se depara com a necessidade de ajustar o cronograma de execução para refletir a nova realidade sem comprometer a legalidade do processo. A questão que se coloca é como formalizar corretamente a prorrogação do cronograma de execução diante da suspensão do contrato, garantindo que todas as ações estejam de acordo com a legislação vigente e evitando futuras complicações jurídicas ou administrativas.

Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** descreve o procedimento para a formalização da prorrogação do cronograma de execução em caso de suspensão do contrato:

- (A) A prorrogação do cronograma de execução deve ser aprovada por meio de uma nova licitação, assegurando a transparência e a competitividade do processo.
- (B) Para formalizar a prorrogação do cronograma, é necessário um aditamento contratual, com publicação obrigatória em diário oficial.
- (C) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- (D) A prorrogação do cronograma depende exclusivamente de decisão administrativa, mediante a comprovação do impacto da suspensão nas atividades contratuais.

EM BRANCO



PROVA DISCURSIVA (RASCUNHO)

LEIA COM ATENÇÃO:

O Presidente da Câmara de Vereadores do município Z era alguém que respeitava muitos símbolos locais. Além disso, ele era alguém que tinha muito apreço por festas populares, particularmente pelo carnaval. Assim, o Presidente decidiu homenagear 'Alegria', um folião das décadas anteriores, e já falecido, que ficou conhecido por animar o carnaval e por sempre participar de todos os blocos que pudesse, motivo pelo qual ganhou a alcunha. Para prestar a homenagem, o presidente resolveu construir um painel azulejado dentro da Câmara onde seria reproduzida a imagem de Alegria em festividade de carnaval.

Antes de iniciar o processo licitatório para a contratação do artista para a elaboração da obra de arte, o Presidente buscou a Procuradoria Jurídica a fim de sanar uma dúvida. Primeiramente, ele gostaria de saber se há alguma proibição em criar uma obra de arte que faça menção a uma pessoa e, sobretudo, divulgar essa obra publicamente. Em segundo lugar, ele havia se informado de que a Lei 14.133/2021 definiu que são necessárias, em todo contrato administrativo, cláusulas que estabeleçam vários elementos e gostaria de saber mais sobre elas. Além disso, o presidente pediu auxílio na elaboração da argumentação que mostre a relevância e o interesse público em realizar tal gasto de dinheiro público.

Como Procurador(a) da Câmara de Vereadores do município Z, elabore um Parecer Jurídico para o Presidente da Câmara, no qual devem constar as explicações acima solicitadas, contextualizadas com os fatos narrados.

O documento deve conter: preâmbulo, ementa, relatório, fundamentação, conclusão, fecho e parte autenticada. Será avaliada a compreensão da proposta, bem como a seleção e organização dos argumentos, além da disposição adequada dos tópicos por meio de espaços livres e domínio da norma-padrão da Língua Portuguesa.

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES

Concurso Público nº 001/2024

Edital nº 001/2024

10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES

Concurso Público nº 001/2024

Edital nº 001/2024

39.	
40.	
41.	
42.	
43.	
44.	
45.	
46.	
47.	
48.	
49.	
50.	
51.	
52.	
53.	
54.	
55.	
56.	
57.	
58.	
59.	
60.	

ATENÇÃO: Os espaços que porventura não forem preenchidos nas folhas do caderno de prova discursiva definitivo deverão ser inutilizados pelo próprio candidato através de um traço diagonal nos referidos espaços.

[Desenvolvimento em um máximo de 60 (sessenta) linhas]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES

Concurso Público nº 001/2024

Edital nº 001/2024

RASCUNHO